



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8272018869896

Nome original: Plano de Ação I.pdf

Data: 19/12/2018 16:41:07

Remetente:

Darcy Bittencourt

Secretaria do Gabinete da Presidência

Tribunal de Justiça do Tocantins

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Encaminha Ofício nº 10310 2018-PRESIDÊNCIA ASPRE e respectivos anexos.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Coordenação de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos

PLANO DE AÇÃO

**COMITÊ GESTOR REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO E ORÇAMENTÁRIO DE
PRIMEIRO GRAU NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO
TOCANTINS**



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Coordenação de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê Gestor Regional de Priorização e Orçamentário de Primeiro Grau, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, instituído pela Portaria nº 3.367/2014 de 03 de outubro 2014 apresenta o **Plano de Ação** para alcançar os objetivos elencados nas Resoluções 194 e 195/2014, do Conselho Nacional de Justiça.

O objetivo principal do Comitê é desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários da primeira instância.

As atribuições do Comitê são:

- I – fomentar, coordenar e implementar os programas, projetos e ações vinculados à Política;
- II – atuar na interlocução com o CNJ, a Rede de Priorização do Primeiro Grau e as instituições parceiras, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;
- III – interagir permanentemente com o representante do tribunal na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e com a comissão e/ou unidade responsável pela execução do Plano Estratégico;
- IV – promover reuniões, encontros e eventos para desenvolvimento dos trabalhos;
- V – monitorar, avaliar e divulgar os resultados alcançados.

2. COMPOSIÇÃO

I – Roniclay Alves de Moraes, Juiz de Direito, Presidente, e Edilene Pereira Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito, Suplente;

II – Gerson Fernandes Azevedo, Juiz de Direito, Titular, e Rodrigo da Silva Perez Araújo, Juiz de Direito, Suplente;

III – Jossanner Nery Nogueira Luna, Juiz de Direito, Titular, e Arióstenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito, Suplente;

IV – Jocyléia Santos Falcão Martins, Técnico Judiciário de 1ª Instância, Titular;

V – Ângela Maria Fornari, Escrivã, Titular, e Robson Pinto Macedo, Técnico Judiciário de 1ª Instância, Suplente.

3. PARTICIPAÇÃO

I – João Ornato Benigno Brito, membro da Comissão Auxiliar Orçamentária;

V – Anna Paula de Almeida Cavalcante Ribeiro, membro da Comissão Auxiliar Orçamentária.

4. DELIBERAÇÕES

I – Aprovar como prioritárias, as iniciativas constantes do presente Plano de Ação.

II – Encaminhar o Plano de Ação ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

III – Encaminhar ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, para inclusão e execução no Programa de Gestão 2019.

IV – Encaminhar à Diretoria Geral do TJTO para adequação das ações orçamentárias 4045 e 2061 – Capacitação de magistrados e servidores, na forma da Resolução 195 do CNJ.

V – Encaminhar à ESMAT, para observação das recomendações constantes do item IX – Formação continuada.



PLANO DE AÇÃO

1.0 quê	POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU						
2. Quando	19 de dezembro de 2019						
3. Porque	PARA ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES 194 E 195 /2014 CNJ						
4. Quem	CGRP DO PRIMEIRO GRAU – Comitê Gestor de Priorização do Primeiro Grau						
5. Onde	COMARCAS DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE						
6. Como	Atividade	Data de início	Data de término	Responsáveis		Realização	
LINHAS DE ATUAÇÃO	I - ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO			Nome	Total	Parcial	Não
	➤ RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS						
	I.1 - Fortalecimento das equipes multidisciplinares, com previsão orçamentária dos serviços.	20/04/2018	19/12/2019	DIGEP			
LINHAS DE ATUAÇÃO	Atividade	Data de início	Data de término	Responsáveis		Realização	
	II - EQUALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO			Nome	Total	Parcial	Não



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Coordenação de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos

Linhas de Atuação	Atividade	Data de início	Data de término	Responsáveis		Realização		
				Área	Nome	Total	Parcial	Não
RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS	I.1 - Projeto Gestão por competência: realizar novo ciclo do projeto Gestão por Competência, objetivando a avaliação dos servidores;	20/04/2018	19/12/2019	DIGEP				
	II.2 - Alteração da Lei Organização Judiciária;	20/04/2018	19/12/2019	Presidência				
	II.3 - Implantação do projeto trabalho remoto e "home Office";			Presidência				
	II.4 - Cumprimento integral da Resolução 219 do CNJ.	20/04/2018	19/12/2019					
III - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA								
	RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS III.1 Observância da Resolução 219 do CNJ.	20/04/2018	19/12/2019	Presidência				



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Coordenação de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos

	IV – INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA ➤ RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS IV.1 – Melhoria da qualidade de sinal do Wifi nas Comarcas.	20/04/2018	19/12/2019	DTINF			
	V–GOVERNANÇA COLABORATIVA ➤ RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS V.1 Participação do Comitê na elaboração da política judiciária, a fim de que sejam ouvidos em projetos de interesse do primeiro grau, tais como: redistribuição de competências etc.	20/04/2018	19/12/2019	Presidência			
	VI – DIÁLOGO SOCIAL E INSTITUCIONAL ➤ RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS VI. 1 – Implantação do projeto Justiça Interativa, com ênfase na justiça itinerante.	20/04/2018	19/12/2019	Presidência			



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Coordenação de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos

VII-PREVENÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE LITÍGIOS ➤ RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS	20/04/2018	19/12/2019	Presidência				
VII.1 – Instalação de CEJUSC's nas comarcas de primeira e segunda entrância;			CGJUS/NUPEMEC				
VII.2 – Estimular a criação de serviços de conciliação e mediação nos cartórios extrajudiciais, nos termos do Provimento 67/2018 do CNJ.							
VIII – ESTUDOS E PESQUISAS ➤ RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS VIII.1 – Monitorar o aumento repentino de entrada de demandas sazonais nas comarcas e varas.	20/04/2018	19/12/2019	COGES				



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Coordenação de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos

	Atividade	Data de início	Data de término	Responsáveis		Realização		
				Área	Nome	Total	Parcial	Não
LINHAS DE ATUAÇÃO	IX – FORMAÇÃO CONTINUADA ➤ RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS IX.1 - Avaliação da efetividade e aproveitamento dos cursos telepresenciais; IX.2 - Capacitação continuada de magistrados e servidores quanto ao e-Proc e TPU.	20/04/2018	19/12/2019	ESMAT				
	X – OUTROS EIXOS ➤ RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS X.1 – Implementação do depoimento especial para crianças e adolescentes; X.2 – Manutenção e fortalecimentos do NACOM; X.3 – Criação das Secretarias Unificadas; X.4 – Ampliar a vigilância efetiva nos fóruns de todas as comarcas, com a colocação de câmeras, alarmes e cerca elétrica.	20/04/2018	19/12/2019	ESMAT				



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Coordenação de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Coordenação de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos

Palmas – TO., 20 de abril de 2018

Dr. Roniclay Alves de Moraes
Magistrado –Presidente do CGR do 1º Grau

Jocyléia Santos Falcão
Servidora Membro

Dr. Jossanner Nery Nogueira Luna
Magistrado Membro

Angela Maria Fornari
Servidora Membro



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Coordenação de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos

Lista de siglas utilizadas neste documento

- CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania
- CGJUS - Corregedoria Geral da Justiça
- CGRP- Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
- CNJ - Conselho Nacional de Justiça
- COGES - Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos
- CPC - Código de Processo Civil
- DIGEP - Diretoria de Gestão de Pessoas
- DIGER - Diretoria Geral
- DINFRA - Diretoria de Infraestrutura e Obras
- DTINF - Diretoria de Tecnologia da Informação
- ESMAT - Escola Superior da Magistratura Tocantinense
- LOJ - Lei de Organização Judiciária - Lei nº 10/96
- NACOM - Núcleo de Apoio às Comarcas
- PRESI - Presidência do Tribunal de Justiça
- SINSJUSTO - Sindicato dos Serventuários e Servidores da Justiça do Estado do Tocantins
- SOJUSTO - Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Tocantins
- TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
- TPUs - Tabelas Processuais Unificadas